

11. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

[O propósito deste trabalho é o de configurar três momentos e modos distintos de pesquisa em Teoria da Literatura, segundo os postulados de alguns estudiosos franceses da última década. Para que tal tarefa fosse levada a cabo sem acúmulos enciclopédicos, optamos por duas atitudes: a) selecionar primeiro apenas alguns textos, e em seguida estudá-los de tal modo que servissem de núcleo para fixar determinada situação teórica; b) apresentar sempre as obras a partir de seu sistema conceitual (explícito ou implícito), e nunca a partir de uma possível paráfrase.]

Com isso, pensamos que evitamos, no primeiro caso, o excesso de exemplificação repetitiva, e deixamos ainda para o nosso leitor a tarefa de incluir

(ou não) os seus teóricos dentro de algum dos momentos. No segundo caso, acreditamos que podemos neutralizar certa retórica tão ao gosto francês pela depuração que representa a exposição pelo conceito.

Não se confunda, por obséquio, redução do campo de estudo a determinado grupo, cujo único fim é o de melhor (esperamos) apreender as idéias, com uma simples galomania.]

I

A atividade estruturalista foi compreendida nos seus primeiros momentos como *análise* e não como *interpretação*. Análise pressupõe e supõe um trabalho bifásico, às vezes sucessivo, às vezes paralelo, em que, de um lado, um processo primeiro de decomposição do objeto de estudo se molda, por outro lado, a um processo de recomposição que explica ou explicita o significado do objeto¹. Trabalho a ser executado de tal modo que, pelo segundo movimento, se reconstitui significativamente o objeto inicial que se encontrava, na sua integridade “natural”, como que despedaçado do ponto de vista semântico. A análise é, antes de mais nada, um exercício de superposições de lógicas diferentes, — diferentes, entendamos antes o termo: falando a *mesma* coisa, em níveis diferentes. As figuras representativas de uma determinada forma de organização existente *casualmente* no objeto de estudo devem suceder figuras de uma lógica *formal* capaz de englobar, no seu racionalismo, essa organização casual e de ajuntar ao objeto um simulacro (complemento e superposição, portanto) de nova ordem, que explicita melhor que a primitiva organização o verdadeiro e profundo significado do objeto. É nessa nova ordem racional que se encontraria marcado definitivamente o significado implícito do objeto de análise, agora finalmente explícito. Assim é que acontecimentos narrados ao sabor e sob o signo do acaso num romance², dentro

1. Segundo LALANDE, no seu *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, tal significado para *análise* remonta a CONDILLAC, na sua *Logique*. Diz o *Vocabulaire*: “Ce sens, qui enveloppe décomposition et recomposition, est celui de Condillac, pour qui l’analyse ou méthode analytique consiste à ‘observer dans un ordre successif les qualités d’un objet, afin de leur donner dans l’esprit l’ordre simultané dans lequel elles existent.’”

2. Machado de Assis, em *Brás Cubas*; deixa que o narrador insista numa possível sucessão casual dos encontros entre personagens no tecido narrativo, rechaçando assim, por oposição,

de uma ordem supostamente "real", serão revistos, pela análise, dentro de uma lógica que procurará configurar as ações e atá-las, por exemplo, ao desenvolvimento e/ou caracterização do(s) personagem(ns).

Roland Barthes, em artigo³ muito divulgado na época em que foi escrito (1963), definia os dois processos como *découpage* (desmontagem) e *agencement* (arranjo, regra de associação). Já o objeto reconstituído, não sendo uma mera cópia é claro, era para ele um "simulacro", isto é, resultado da "fabricação verdadeira de um mundo que se assemelha ao primeiro, não para copiá-lo, mas para o tornar inteligível". Assim sendo, no simulacro, "o intelectual [se encontra] unido ao objeto". Depois de ter definido o movimento da análise por aqueles três conceitos (desmontagem, arranjo, simulacro), podia ele resumir assim o fim de toda a atividade estruturalista: deve ela "reconstituir um 'objeto' de maneira a manifestar nessa reconstituição as regras de funcionamento (as 'funções') desse objeto". Como diz ainda Barthes, "recupera-se o objeto para fazer aparecer as funções". E tal não deixa de ser a palavra de ordem de Propp, em *Morfologia do Conto*, que, insistindo num jogo entre constantes e variáveis, concluía que as modificações nas estruturas dos "contos maravilhosos" se situam ao nível dos nomes dos personagens (e dos seus atributos), enquanto suas ações (ou "funções") não se modificavam⁴. Voltando a Barthes, percebemos que via ele, na transformação operada no objeto pelo simulacro da análise, um acréscimo semântico de (percebemos de maneira mais clara hoje) valor metafísico: era o inteligível que se acrescentava ao sensível. Um complementava o outro e vice-versa. O estabelecimento de decomposição sintagmática e a explicação pelo funcionamento paradigmático dos elementos internos, das *funções*, visava a deixar falar aquilo que

qualquer configuração formal e racional dos mesmos fornecida por uma análise. Citemos o narrador de *Brás Cubas*: "Dá-se movimento a uma bola, por exemplo; rola esta, encontra outra bola, transmite-lhe o impulso, e eis a segunda bola a rolar como a primeira rolou. Suponhamos que a primeira bola se chama... Marcela, — é uma simples suposição; a segunda, Brás Cubas; a terceira, Virgília, [etc.]" (*Obra Completa*, Rio, Agullar, 1971, vol. I, p. 560). Seria necessário analisar todo o capítulo e em particular suas implicações com o pensamento metafísico. Fica apenas a indicação.

3. "L'activité structuraliste", *Essais critiques*, Paris, Seuil, 1964, pp. 213-220. Existe tradução brasileira; a tradução para alguns termos foi tomada de empréstimo a ela.

4. *Morphologie du Conte*, Paris, Seuil, 1970. Consultar em particular o Cap. "Méthode et matière".

restava “ininteligível” no objeto “natural”. Como já dizia Lévi-Strauss alguns anos antes, em *Tristes Tropiques*, ao comentar o encontro feliz da geologia, do marxismo e da psicanálise na sua formação intelectual:

compreendre consiste à réduire un type de réalité à un autre; que la réalité vraie n'est jamais la plus manifeste; et que la nature du vrai transparaît déjà dans le soin qu'il met à se dérober*.

E concluía ele que, em todos os casos, o mesmo problema era o que se colocava,

qui est celui du rapport entre le sensible et le rationnel et le but cherché est est le même: une sorte de *super-rationalisme* 5**.

Seguindo ainda os passos dos autores citados, Gerard Genette, poucos anos depois, via a crítica literária como *bricolage*⁶, num gesto de adaptação da sua preocupação aos ensinamentos do Lévi-Strauss do *Pensamento Selvagem*⁷. Para o etnólogo (como para Genette), o universo instrumental do *bricoleur* (como o do crítico literário) é, por definição, “fechado”, — e “a regra do seu jogo é a de sempre se virar com os *meios de bordo*”. Aqui, a diferença entre o objeto natural e o simulacro, se expressa pela passagem de um conjunto instrumental dado a um conjunto a se realizar, sendo que a diferença entre eles vai ser instaurada pela disposição interna das partes. Tal semelhança (de instrumento) e tal diferença (de disposição interna), circunscritas ambas ao *mesmo*, se explicam

5. *Tristes Tropiques*, Paris, Plon, 1955, p. 62.

6. Gerard Genette estabelece primeiro a regra do *bricolage*, para em seguida descrever sua “economia”, que se dá em dupla operação: “d’analyse (extraire divers éléments de divers ensembles constitués) et de synthèse (constituer à partir de ces éléments hétérogènes un nouvel ensemble dans lequel, à la limite, aucun des éléments réemployés ne retrouvera sa fonction d’origine)”. Essa dupla operação, que é considerada por ele como tipicamente estruturalista, é característica do *pensamento selvagem*. Mas continua Genette, alargando o escopo do propósito lévi-straussiano: “Mais il est une *autre* [grifo nosso] activité intellectuelle, propre celle-là aux cultures les plus évoluées, à laquelle cette analyse pourrait être appliquée *presque mot pour mot* [grifo nosso]: il s’agit de la critique, et plus spécialement de la critique littéraire, [...] la critique littéraire, elle, parle la langue de son objet; elle méta-langage, ‘discours sur un discours’ [...]” (*Figures*, Paris, Seuil, 1966, pp. 145-146).

7. *La Pensée Sauvage*, Paris, Plon, 1962. Em particular, o Cap. I, “La science du concret”.

* compreender consiste em reduzir um tipo de realidade a outro; que a realidade verdadeira nunca é a mais evidente; e que a natureza do que é verdadeiro já transparece no cuidado que ele mostra em se esconder.

** o da relação entre o sensível e o racional; e o objetivo procurado é o mesmo: uma espécie de *super-racionalismo*.

pelo *duplo* estatuto que cada elemento do conjunto instrumental comporta em si: cada um é ao mesmo tempo concreto e virtual. Se situa cada um deles a meio-caminho entre o “perceito” (*percept*) e o “conceito” (*concept*). E é por isso, conclui Lévi-Strauss, que o signo pode englobar tal elemento filosoficamente, na medida em que é ele um intermediário entre a imagem e o conceito, como lhe tinha ensinado Saussure. Colocada assim, ou ainda por outros caminhos, a problemática do signo, da linguagem, tinha invadido a pesquisa de todos os teóricos, fazendo com que em seus trabalhos pulsasse “esta inquietação com a linguagem, — que só pode ser uma inquietação da linguagem e na própria linguagem”, conforme percebia Jacques Derrida.

Tanto na recomposição pelo *simulacro*, quanto na atividade descrita como *bricolage*, tratava-se de levantar os vários elementos significativos e constituintes do objeto “natural”, dar a esses elementos um duplo estatuto (sensível e inteligível; significante e significado), pô-los em movimento, analisando mecanismo interno das funções ou o jogo relacional entre os elementos no interior do objeto. Mas nos dois casos a visada era bem mais audaciosa do que parecia: o fim da atividade estruturalista era o *todo*. O todo na medida em que era artificialmente fechado como “sensível” e/ou “inteligível”, como “objeto natural” e/ou “simulacro”, no pensamento de Barthes. O todo, enquanto fechado (“conjunto finito”) na arquitetura teórica do *bricoleur*, tal qual foi definida no pensamento do primeiro Lévi-Strauss. Em suma, a análise perfazia o *mesmo* caminho do objeto, apenas usando atalhos suspeitos. São os atalhos do conceito e da razão, e que conduziam a atividade analítica a querer açambarcar a “solidariedade” dos elementos internos, ou a “totalidade” do objeto estudado⁸. Afirmar apenas a configuração global e a relação das funções, anulando a *força*, conforme assinala Derrida, visivelmente influenciado por Nietzsche, é indicar como o pensamento estruturalista estava interessado na apreensão do todo, do panorama global proporcionado pela representação panorográfica. É recair num bidimensionalismo formal, pois o “relevo e o desenho das estru-

8. Cf. em particular o Cap. “Le conte comme totalité”, no citado *Morfologia do Conto*.

turas tornam-se mais visíveis quando o conteúdo, que é a energia viva do sentido, se encontra neutralizado⁹.

Esse tipo de análise descrito até agora foi feito seguindo principalmente duas postulações teóricas. Ou bem o processo de reconstituição era feito a partir de um exemplo único e se apresentava o estudo deste exemplo como matriz teórica para a análise de outros exemplos semelhantes, aproveitando-se a lição teórica e clássica da *Poética*, de Aristóteles. Ou bem estabelecia-se *a priori* um modelo de análise teórico, baseando-se para isso principalmente nos ensinamentos, já julgados “científicos” da lingüística¹⁰, e em seguida os divulgadores ficavam com a tarefa de aplicá-lo aos mais variados objetos. Essas duas postulações, antes de perguntarem o “por quê?” do objeto, se restringem a uma ininterrupta cadeia de “cosmos?”, e pretendia extrair o significado sobretudo de um golpear de “funções” umas contra as outras, dentro sempre dos princípios de uma lógica dicotômica e rígida, binária¹¹, em que os elementos diversos, semelhantes e contrários, ou mesmo contraditórios, guardavam a sua *individualidade e pureza conceitual*, a sua essência.

De qualquer forma, em ambas as atitudes descritas acima, encontramos o desejo de só estudar *um* exemplo, ou ainda, quando a análise se atinha a um *corpus* mais amplo (como no caso de Propp, ou do Barthes da análise da narrativa) era apenas para assinalar e enxergar nos exemplos múltiplos aquilo que os reduziria teoricamente (isto é, no laboratório de análise) a um *mesmo* modelo. A própria (auto-)crítica de tal atitude se encontra no parágrafo de abertura de *S/Z*, de Roland Barthes, publicado em 1970, alguns anos depois do aparecimento do *Nietzsche*, de Deleuze, e dos escritos de Derrida:

On dit qu'à force d'ascèse certains bouddhistes parvien-

9. Cf. JACQUES DERRIDA, “Força e Significação”, *A Escrita e a Diferença*, São Paulo, Perspectiva, 1971. Panorógrafo é um instrumento em que se obtém, numa superfície plana, o desenvolvimento da visão perspectiva dos objetos que rodelam o horizonte (p. 15).

10. Cf. BARTHES, L'analyse structurale du récit, *Communications*, n.º 8, 1966: “Que dire alors de l'analyse narrative, placée devant des millions de récits? [...] elle est obligée de concevoir d'abord un modèle hypothétique de description (que les linguistes américains appellent une ‘théorie’), et de descendre ensuite peu à peu, à partir de ce modèle, vers les espèces qui, à la fois, y participent et s'en écartent [...]”.

11. Roland Barthes, ainda vítima da armadilha do binarismo, concluiu ingenuamente em 1964: “Estas rubricas, percebe-se, apresentam-se sob forma dicotômica; observaremos que a classificação binária dos conceitos parece freqüente no pensamento estrutural, como se a metalinguagem do lingüista reproduzisse ‘em abismo’ a estrutura binária do sistema que descreve...” (*Elementos de Semiologia*, São Paulo, Cultrix, 1971, p. 14).

ment à voir tout un paysage dans une fève. C'est ce qu'auraient bien voulu les premiers analystes du récit: voir tous les récits du monde [...] dans une seule structure: nous allons, pensaient-ils, extraire de chaque conte son modèle, puis de ces modèles nous ferons une grande structure narrative, que nous reverserons (pour vérifications) sur n'importe quel récit: tâche épuisante [...] et finalement indésirable, car le texte y perd sa différence 12 **.

A aqueles dois tipos de análise poderíamos chamar, no campo propriamente literário, de leitura opaca, na medida em que a explicação se atém ao fechamento do texto, ou dos textos estudados, não procurando enxergá-los ou compreendê-los na sua diferença. Tinham a diferença como conceito semântico, mas não a tinham como conceito operacional. E, é claro, ainda não tinham a *différance*¹³, que é o momento anterior a toda diferenciação, a toda conceituação binária, ante-cena portanto da metafísica ocidental. Tinham o jogo e a relação como inspiradores do significado a ser apreendido do texto, mas não os tinham como elementos estruturantes. O jogo e a relação se esgotavam no *centramento* operado pela reconstituição *totalitária*, pelo movimento do *agencement*, na sua tentativa de configurar a solidariedade de todos os elementos do objeto "natural", de configurar o que Barthes chamava de "simulacro". Não tinham, ainda, é claro, como preocupação maior a organização desses objetos naturais dentro de uma determinada *ordem* que escapasse às da semelhança e da oposição, proporcionada pela visão sincrônica (a-histórica) ou dada de presente pelo modelo teórico utilizado.

II

Talvez por razões de caráter empírico, talvez por razões de caráter teórico-especulativo, foi necessário repensar o esquema de análise que, didática e apressadamente, descrevemos anteriormente. As razões empíricas podem ser exemplificadas pelo fato de que o analista tivesse sentido a necessidade de explicar aquilo

12. S/ Z, Paris, Seuil, 1970, p. 9.

* Dizem que, por meio da ascese, certos budistas conseguem ver toda uma paisagem numa fava. É o que teriam mesmo desejado os primeiros analistas da narrativa: ver todas as narrativas do mundo [...] numa só estrutura; vamos, pensavam, extrair de cada conto o seu modelo, depois faremos desses modelos uma grande estrutura narrativa, que transferiremos (por verificação) para qualquer possível narrativa: tarefa extenuante [...] e, por fim, indesejável, visto que o texto nisso perde sua diferença.

13. Cf. JACQUES DERRIDA, "La Différance", *Marges*, Paris, Minuit, 1973.

que tradicionalmente se chamava a “obra completa” de um escritor, isto é, um *conjunto* de textos que têm algo em comum, mas que se exprime, no momento em que a análise *em separado* é abandonada, como diferença. Necessidade ainda de explicar o que, dentro da modernidade, se convencionou chamar “texto de apropriação”, ou seja, texto que, para a sua leitura exemplar, nos remete a outro(s) texto(s), texto que deixa ver em sua *transparência* outros textos¹⁴. Necessidade que poderíamos explicitar, apelando para a descrição anterior, pela imagem de um tecido-texto que perdia sua opacidade virando-o contra a luz e que, como véu, deixava ver, entrever, no esgarçado outras figuras, outros tecidos-textos. Por coincidência se fazia necessária a lição que nos tinha dado Althusser ao ler *O Capital*, e que, agora, os críticos literários tomavam de empréstimo. Desta maneira exemplificava Althusser a sua leitura *symptomale*:

Le résultat de cette lecture sous grille, où le texte de Smith est vu à travers le text de Marx, projeté sur lui comme sa mesure, n'est qu'un relevé des concordances et des discordances, le décompte de ce que Smith a découvert, et de ce qu'il a raté, de ses mérites et de ses défaillances, de ses présences et de ses absences¹⁵ *.

Se de um lado, já se impunha de maneira categórica a “formação discursiva” como objeto do estudo estruturalista, visto que todos os “fenômenos”, todos os “acontecimentos” passavam a ser vistos pela óptica da lingüística, que tinha se transformado já então no

14. Exemplo típico de impossibilidade de compreender a articulação de um texto sobre outro, por cegueira metodológica, se encontra o livro de JEAN COHEN, *Estrutura da Linguagem Poética* (São Paulo, Cultrix, 1974), às páginas 30-31. De modo algum compreende o crítico o que acontece quando Queneau retoma “Le vierge, le vivace et le bel aujourd'hui”, de Mallarmé, e escreve por cima: “Le liège, le titane et le sel aujourd'hui”. Dentro da literatura francesa, os melhores exemplos de “apropriação” se encontram em Robert Desnos (período anterior a 1930) e em Michel Leiris.

15. *Lire le Capital*, Paris, Maspero, 1969, vol. I, p. 16. Cf. ainda, quanto à definição de leitura *symptomale*: “Telle est la seconde lecture de Marx: une lecture que nous oserons dire 'symptomale', dans la mesure où, d'un même mouvement, elle décèle l'indécélé dans le texte même qu'elle lit, et le rapporte à un autre texte, présent d'une absence nécessaire dans le premier. Tout comme sa première lecture, la seconde lecture de Marx suppose bien l'existence de deux textes, et la mesure du premier par le second. [...] le seconde texte s'articule sur les lapsus du premier”.

* O resultado desta leitura cruzada, em que o texto de Smith é visto através do texto de Marx, projetado nele como a sua medida, não passa de um resumo das concordâncias e discordâncias, de uma redução daquilo que Smith descobriu e daquilo que não conseguiu, dos seus méritos e de suas fraquezas, de suas presenças e de suas ausências.

método que indicava a *unidade*¹⁶ das pesquisas levadas a cabo por disciplinas várias (Antropologia, Psicanálise, Crítica Literária, Economia, etc.), por outro lado, salienta-se esse diálogo entre textos, a intertextualidade, que tinha sido negligenciada pelos modelos teóricos anteriores. Tanto no caso da “obra completa” de um escritor, como no dos poemas de apropriação, era necessário começar a pensar conceitos até então impensados pelo estruturalismo, ou de maneira mais ampla, conceitos que “solicitariam” (abalariam o todo, etimologicamente) o edifício da metafísica ocidental. Mas faltava aos teóricos, seja a base filosófica, seja a coragem, para sair desse campo teórico cujo estatuto se definia pela “cientificidade” do método utilizado — o lingüístico, — e realmente questionar a teoria enquanto problemática se desenvolvendo dentro (e fora) de uma maneira de pensar, ou de ler, que era o pensamento ocidental. Por outro lado, tanto os pressupostos teóricos dos estudos antropológicos, quanto os dos estudos psicanalíticos, antes de mais nada abalavam a certeza do pensamento centrado na etnia ocidental e nas “filosofias da consciência”.

Mas enquanto tal tarefa mais ampla não era encetada, pelo menos três conceitos se infiltravam na atividade estruturalista, fazendo com que de maneira “inocente” (perceber-se-ia mais tarde) se começasse a *escrever* o fechamento da metafísica ocidental: a diferença, a transgressão e a contradição.

Pela diferença, começa-se a pensar a instância de articulação de um texto sobre outro(s). Não mais são considerados os textos isoladamente, ou como pertencentes a um único modelo do *mesmo*, mas como se diferenciando na repetição, como um diálogo entre o mesmo e o outro. Recoloca-se portanto a problemática do “sujeito” (do “autor”, em termos literários), pois não existe mais uma origem clara e altissonante que se deve buscar no processo de explicação do texto, origem também da verdade deste texto e que se aclararia no processo de análise literária. Tem-se de pensar um momento confuso — confusão de escrituras, — pois os textos só falam significativamente a partir da *inserção*. Tomando como exemplo os poemas de Oswald de Andrade da “História do Brasil” (em *Pau-Brasil*), pode-se dizer que o *autor* da *Carta* de Pero Vaz Caminha seria tanto este quanto o poeta paulista,

16. *Elementos de Semiologia*, p. 13.

os dois, na medida em que um se inscrevia dentro do outro e vice-versa, abandonando-se assim também uma visão cronológica e unívoca do estudo do texto literário, ou cultural de modo mais geral.

E quando a inserção se inscrevia num *espaço* que dramatizava o choque entre duas culturas (a europeia e a indígena, por exemplo), se descobre um processo de *transgressão* aos valores de uma das culturas, a cultura dominante no caso. Tal se passa, ainda, no mesmo exemplo, quando percebemos que o questionamento básico dos poemas de Oswald são os dos valores da cultura portuguesa, ocidental e cristã, espalhados desde a *Carta* para os outros discursos que representariam de maneira similar a terra brasileira. Retomar o texto histórico do cronista, texto sério, e apropriá-lo dentro de uma estética do não-sério, do jocoso, é operar um mecanismo de *renversement* ideológico, que pode ser explicado pela coexistência no mesmo momento escritural de afirmações que se contradizem. A afirmação e a negação, a contradição se afirma pela diferença (e não por uma simples síntese), ela existe como conceito operacional, pois é ela que pode dar conta deste criar pela destruição, deste destruir pela criação, que mais e mais significa (estamos descobrindo um pouco tarde) o espírito moderno.

III

Tanto o panorama das discussões em torno das Ciências Humanas, quanto o discurso da Crítica Literária tal qual era praticado pelos diversos estudiosos, ambos vão mudar de maneira radical quando da entrada em cena de dois pensadores de nítida formação filosófica. Um, professor de Filosofia em universidades da província e significativamente marginalizado do meio *sorbonnard*, e o outro, um jovem estudante da Escola Normal Superior, aluno de Althusser e de Foucault. Referimo-nos a Giles Deleuze e a Jacques Derrida. São ambos que se esforçam por retirar as categorias do discurso teórico das várias Ciências Humanas (discurso que, como já salientamos, estava operando com as categorias “inocentes” de Saussure, ou com as categorias mais recentes e “científicas” da Linguística Estrutural) do limbo filosófico em que se encontravam, para dar-lhes o estatuto de *culpadas*, na medida em que, com elas, ainda se trabalhava dentro do

sistema da metafísica ocidental. Sistema este que, paradoxalmente, procuravam de todos os modos abalar.

Ponto pacífico de crítica foi a observação de Derrida quanto aos conceitos de “natureza” e de “cultura” no sistema de Lévi-Strauss. Percebendo-os corretamente como premissas do etnocentrismo, Lévi-Strauss os conserva como instrumentos de trabalho, porém os critica enquanto “valor de verdade”. Mas o pensamento dicotômico do texto antropológico relegava para o “escândalo”, para o monstruoso e o impensado, o incesto, em virtude de que, em sua ambigüidade, ostentava traços de natureza e de cultura. Observa Derrida, prenunciando com agudeza a *différance* e a “origem”:

não é um escândalo que encontramos, pelo qual caímos no campo dos conceitos tradicionais; é o que escapa a estes conceitos e certamente os precede e provavelmente como sua condição de possibilidade¹⁷.

Escapa, precede e possibilita, eis a tarefa: determinar esse momento de significação, anterior à diferenciação.

Mas para tal é preciso antes abordar o problema do “conceito tradicional”, ou melhor, o do “nome guardado”. Pergunta Derrida:

Por que reter um nome antigo durante um tempo determinado? Por que amortecer de memória os efeitos de um significado, de um conceito ou de um objeto novos?

Será então preciso compreender o mecanismo da “margem”, que abre e fecha, que fecha e abre, o mecanismo da *dupla* ciência. Continuam as perguntas:

Que função histórica e estratégica dar desde então às aspas, visíveis ou invisíveis, que transformam isso em “livro” ou fazem ainda da desconstrução da filosofia um “discurso filosófico”?

Trabalha-se então com uma estrutura da marca dupla, da leitura dupla, da escritura dupla, pois preso — tomado de empréstimo e fechado — por um par de oposição, um termo conserva seu nome antigo para destruir a oposição a que não pertence mais completamente, a que nunca terá cedido, — a história dessa oposição sendo a de uma luta incessante e hierarquizante¹⁸.

Foi a partir sobretudo de Deleuze e de Derrida que se tornou capital, dentro do pensamento francês

17. “A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas”, *A Escritura e a Diferença*.

18. “Hors livre”, *La Dissémination*, Paris, Seuil, 1971.

contemporâneo, uma releitura das primeiras manifestações estruturalistas, levando em conta uma releitura dos textos filosóficos tradicionais (onde e como os tinha deixado *fechados*¹⁹ Hegel), releitura ainda da “filosofia a golpes de martelo” de Nietzsche, e dos filósofos alemães, Husserl e Heidegger. É através do contato com o discurso nietzschiano, inteiramente desconhecido — tanto nos textos clássicos, como em outros até então inéditos — dos primeiros estruturalistas (já Hegel tinha sido absorvido de uma maneira ou de outra pelos diversos “marxismos”), é através da meditação nietzschiana sobre a linguagem, unida ainda à meditação também sugestiva e paralela de Freud, já avançada radicalmente por Lacan, mas dentro das categorias hegelianas²⁰, que vai se colocar:

- a) o problema da verdade, da verdade na linguagem, e em particular na “escritura”,
- b) a problemática da interpretação,
- c) a problemática da genealogia.

Por outro lado, é com Jacques Derrida que se opera a desconstrução do discurso da metafísica ocidental, tendo por base um questionamento de três preconceitos básicos: o etno-, o logo- e o fonocentrismo²¹. Questionando-os, é que avança os “conceitos” de *différance* e de *écriture*, que prefiguram seu projeto de uma “gramatologia”. Como diz Gérard Granel, ao resenhar seus três livros aparecidos em 1967:

le long de cette question de l'écriture il s'agit de remonter jusqu'en un lieu où la métaphysique occidentale apparaît tout entière comme circonscrite et close²² *.

Subitamente, pois, se coloca como ponto focal de discussão a questão da *origem* — problema por excelência nietzschiano e que nosso século, com os parênteses fenomenológicos e existencialistas, mais as análises estruturalistas, tinha esquecido, relegando-o

19 Observa Châtelet: “Mieux vaut — comme Marx et comme Nietzsche — commencer par Hegel, puisqu'il est une fin”. Hegel, Paris, Seuil, 1968, p. 17.

20. Ler a extensa nota que Derrida dedica a Lacan em entrevista concedida à revista *Promesse* e hoje incluída em *Positions* (Paris, Minuit, 1973). Derrida acaba de retomar Lacan em leitura do “Séminaire sur *La lettre volée*”, sob o título de “Le facteur de la vérité”.

21. Para uma introdução a Derrida, pode-se consultar o nosso “Desconstrução e Descentramento”. *Tempo Brasileiro*, n.º 32, 1973.

22. *Critique*, nov. de 1967, n.º 32, 1973.

* ao longo desta questão da escritura, trata-se de ascender até a um lugar em que a metafísica ocidental aparece completamente circunscrita e fechada.

para segundo plano, ou simplesmente traduzindo-o (erroneamente) por “começo”. Diz Deleuze:

Genealogia quer dizer ao mesmo tempo valor da origem e origem dos valores. Genealogia se opõe ao caráter absoluto dos valores com o seu caráter relativo ou utilitário²³.

Marcos inaugurais dessa crítica radical da “totalização cultural sem estatuto” dos estruturalistas foram o *Nietzsche et la Philosophie*, a comunicação feita por Michel Foucault durante o VII Colóquio Filosófico de Royaumont, em 1964, sob o título de “Nietzsche, Freud, Marx”, bem como os artigos coligidos por Derrida em 1967 no volume *A Escritura e a Diferença*. De lá para cá, os textos se proliferaram com generosidade, embora guardando as garras dos mestres, e seria preciso salientar os nomes de Lyotard, Pautrat e Kofman, entre outros. Apesar de nítidas diferenças teóricas entre o grupo encabeçado por Deleuze e o outro por Derrida, diferenças girando em torno, de modo bem geral, da interpretação dialética ou não-dialética de Nietzsche (hegelinizar ou não Nietzsche), percebe-se no entanto em ambos o desejo de dar ao discurso das Ciências Humanas um estatuto ambíguo que seja condizente com a investida operada contra o pensamento socrático, num movimento de *renversement* do platonismo²⁴, como quer Deleuze, ou de “destrução” da metafísica ocidental, como prefere Derrida.

Não se pode começar a falar da problemática da interpretação sem pelo menos uma prévia redefinição de *signo* (Nietzsche) e de *estrutura* (Derrida). Tomando por base o citado artigo de Foucault, perceberemos desde o início que o signo, a linguagem, não estão isentos de uma “avaliação” por parte do intérprete ou do genealogista. Já no *Livro do Filósofo* (1872-1873)²⁵, Nietzsche interpelava o “princípio da razão” que se repousava numa *continuidade* entre a linguagem e as coisas, num acordo pacífico e incondicional entre elas, proporcionando então ao pensador a “ilusão” de que a linguagem podia ser a expressão adequada de todas as realidades. Essa desconfiança com relação àquela continuidade, com relação por-

23. “Le concept de généalogie”, *Nietzsche et la philosophie*, Paris, PUF, 1962.

24. Cf.: “Simulacre et Philosophie Antique”, *Logique du sens*. Paris, Minuit, 1969, pp. 292-307.

25. *Le Livre du Philosophe*, Paris, Aubier-Flammarion, 1969. Consultar em especial: “Introduction théorétique sur la vérité et le mensonge au sens extra-moral”.

tanto à própria linguagem como veículo do *conhecimento* e da busca da *verdade*, leva Nietzsche a propor um outro sistema para a compreensão do valor do signo, abstraindo-o totalmente e primeiro da problemática da “coisa-em-si”, e vendo o estabelecimento da linguagem, sua gênese, como uma sucessão de metáforas²⁶ impostas pelo homem às coisas: “em geral, a história de uma coisa é a sucessão das forças que a ocupam e a coexistência das forças que lutam para ocupá-la” — diz Deleuze. Primeira metáfora: transpor uma excitação nervosa em uma imagem. Segunda metáfora: a imagem se transforma em som articulado. E conclui Nietzsche:

Acreditamos saber alguma coisa das próprias coisas quando falamos de árvores, de cores, de neve e de flores, e no entanto apenas possuímos metáforas das coisas, que não correspondem de modo algum às entidades originais.

Palavras que ecoam de maneira genial na poesia de Alberto Caeiro, nos seus versos que diz que “pensar é não compreender”, “é estar doente dos olhos”.

Daí para a desconfiança com relação à linguagem da filosofia ocidental por excelência — o conceito, — nada mais precisava do que apresentá-lo como uma nova forma de metáfora, num distanciamento ainda maior da linguagem à coisa. Terceira metáfora portanto. Pois o conceito vive de uma das maiores contradições do pensamento ocidental: a identificação do não-idêntico. O conceito, por exemplo, de “folha” foi formado com o abandono deliberado de todas as *diferenças* individuais. Assim é que, percorrendo agora as páginas da *Genealogia da Moral*, vemos que o nomear as coisas é antes de mais nada um “ato de autoridade” por parte do homem, por parte dos que dominam. Da pacífica relação entre a linguagem e as coisas passamos a uma relação conflituosa que só pode ser descrita pelo vocabulário da *diferença* e da *violência*. O homem impõe *uma* e *sua* interpretação e *um* e *seu* valor quando utiliza criativamente a linguagem. O trabalho do filósofo, do crítico, será exatamente o de perceber a origem desta violência interpretativa, julgar o “valor dos valores”, estabelecidos por ela. Assim é que, diz a *Genealogia*,

toute l'histoire d'une 'chose', d'un usage peut être une chaîne ininterrompue d'interprétations et d'applications toujours nouvelles, dont les causes n'ont même pas besoin d'être liées

26. Para maiores detalhes, consultar: KOFMAN, Nietzsche's *Métaphore*, Paris, Payot, 1972.

entre elles, qui, dans certaines circonstances, ne font que se succéder et se remplacer au gré du hasard²⁷ *.

Dessa forma, chegamos a dois dos princípios diretores da interpretação, segundo Foucault²⁸. É ela uma tarefa *infinita*, porque nunca se pode completar, mas não se completa porque não há nada para se interpretar, isto é, nada de primeiro. Tudo já é interpretação. Assim sendo, a interpretação sempre se volta sobre si mesma, criando este movimento de circularidade que será então definidor do movimento do conhecimento humano. Assim, apesar das aparências, conclui Foucault:

Parece-me que é necessário compreender esta coisa que a maioria dos nossos contemporâneos esquece: a hermenêutica e a semiologia são duas inimigas ferozes.

Esse aspecto de incompletamento da atividade interpretativa é também sublinhado no pensamento de Freud, na *Interpretação dos Sonhos*, por exemplo, quando afirma o caráter polissêmico do texto onírico, dizendo que “os sonhos, como todas as outras estruturas psicopatológicas, regularmente têm mais de um significado”. Esse significado plural, plural do texto, não chega a ser esgotado por *uma* ou *várias* interpretações, pois existe “pelo menos um ponto em todo sonho no qual ele é insondável, — um umbigo, por assim dizer, que é o seu ponto de contato com o desconhecido”. Assim sendo, completa Freud:

Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, possuir qualquer término definido.

... É num certo lugar em que essa malha é particularmente fechada que o desejo onírico se desenvolve, como um cogumelo do seu micélio²⁹.

Enxergando, pois, a interpretação como polissêmica e como impossibilitada de dar conta da “totalidade”, era necessário repensar o conceito clássico de estrutura e de estruturalidade da estrutura. Tarefa a que se dedicou Jacques Derrida em conferência sob

27. *La Généalogie de la Morale*, Oeuvres Philosophiques, tome VII. Paris, Gallimard, 1971. Em especial: II, 12.

* Toda a história de uma ‘coisa’, de um hábito, pode ser uma cadeia ininterrupta de interpretações e de aplicações sempre novas, cujas causas nem sequer precisam ser ligadas entre elas, que, em certas circunstâncias, só sucedem e substituem uma às outras ao acaso.

28. “Nietzsche, Freud, Marx”, *Nietzsche*, Paris, Minuit, 1967, pp. 183-192.

29. *A Interpretação dos Sonhos*, Rio, Imago, 1972, vol. I, pp. 119 n. e 560, respectivamente.

o título de “A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas”. Assinala ele, de início, que sempre houve limitação do jogo da estrutura, em virtude de ela vir sempre centrada em um elemento ordenador, organizador, e que, em termos filosóficos, seriam os princípios de *archè* e de *telos*. Acontece que a estrutura era, então, trabalhada no laboratório de análise a partir desse ponto fixo, desse *centro*, que é ao mesmo tempo interno e externo à estrutura, na medida em que ele é ordenador e ordenado, se apresentando o discurso crítico portanto como parte de um sistema te(le)ológico. Usando a linguagem da lingüística, Derrida diz que a cadeia dos significantes é sempre ordenada por um elemento que está fora dela e que funciona, a um certo momento, apenas como significado (sem o seu correspondente significante, é claro). Esse elemento vai ser chamado de “significado transcendental”, ou seja, aquele

qui ne renverrait en lui-même dans son essence, à aucun signifiant, excéderait la chaîne des signes, et ne fonctionnerait plus lui-même, à un certain moment, comme signifiant*.

Descentrando pois a estrutura, deixando-se de pensar esta como ordenada por um “significado transcendental”, amplia-se indefinidamente o jogo da significação, na medida em que destituindo da condição de óptica estruturante os conceitos de princípio e de fim, passa o discurso *escrito* a se impor como estrutura solta, abandonada, desamparada, seja por parte do autor, como de qualquer outro elemento estranho à cadeia dos significantes. De um sistema te(le)ológico, típico do discurso da metafísica ocidental, passamos a um “sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças”.

A partir do momento em que postulou essas idéias, foi importante para Derrida a releitura crítica do *Fedro*, de Platão³⁰, texto onde se colocava de maneira clara a condição *assassina* da escritura. O “pai” do discurso se *ausenta* no momento em que escreve e sem a *presença* paterna o discurso escrito, como diz Sócrates a Lísias, “necessita sempre a ajuda de seu

* que não refletiria em si mesmo, em sua essência, nenhum significante, ultrapassaria a cadeia dos signos e deixaria de funcionar, a um determinado momento, como significante.

30. “La Pharmacie de Platon”, *La Dissémination*, op. cit.

pai, uma vez que não é capaz de se defender e socorrer a si mesmo". Escrever é pois

cair longe da sua linguagem, emancipá-la, ou desampará-la, deixá-la caminhar sozinha e desmunida. Abandonar a palavra. ... Deixá-la falar sozinha, o que ela só pode fazer escrevendo³¹.